

Revista de Comunicação Científica: RCC



ARTIGO

REFLEXÕES E PROPOSIÇÕES DE PESQUISA: UMA REALIDADE A SER PENSADA COMO POSSIBILIDADE DE SUPERAÇÃO DO RACISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Reflections and research propositions: a reality to be thought as the possibility of overcoming racism in childhood education

Reflexiones y propuestas de investigación: una realidad a pensar como la posibilidad de superar el racismo en la educación infantil

Cira Alves Martins
Mestranda do Programa de Pós Graduação
Escrito em Educação-PPGEdu/UNEMAT
E-mail: ciraejulio@hotmail.com

Waldinéia Antunes de Alcântara Ferreira
Professora Dra. do PPGEdu - Programa de Pós Graduação em Educação UNEMAT.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8733-8255>
E-mail: waldineiaferreira@unemat.br

Como citar este artigo:

MARTINS, Cira Alves & FERREIRA, Waldinéia Antunes de Alcântara. Reflexões e proposições de pesquisa: uma realidade a ser pensada como possibilidade de superação do racismo na educação infantil. In **Revista de Comunicação Científica – RCC**, Maio/Set., Vol. 1, n. 8, pgs. 27-36, 2021. ISSN 2525-670X.

Disponível em:
<https://periodicos.unemat.br/index.php/RCC/index>

Volume 1, número 8 (2021)
ISSN 2525-670X

Reflexões e proposições de pesquisa: uma realidade a ser pensada como possibilidade de superação do racismo na educação infantil

REFLEXÕES E PROPOSIÇÕES DE PESQUISA: UMA REALIDADE A SER PENSADA COMO POSSIBILIDADE DE SUPERAÇÃO DO RACISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Reflections and research propositions: a reality to be thought as the possibility of overcoming racism in childhood education

Reflexiones y propuestas de investigación: una realidad a pensar como la posibilidad de superar el racismo en la educación infantil

Resumo

O presente projeto de pesquisa intitulado “Racismo Silencioso na Educação Infantil-um fenômeno a ser desvelado na CEI Sebastiana Germana no Distrito de Cangas na região Pantaneira em Poconé-MT, tem como objetivo geral compreender se há práticas de racismo com a criança negra e como isso é trabalho no processo educativo das crianças de uma Instituição de Educação Infantil do/no Campo localizado no Distrito de Cangas em Poconé-MT. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa de natureza explicativa com observação e entrevistas com profissionais da educação, pais, gestores. Pretendo com a investigação identificar práticas pedagógicas que auxiliam no enfrentamento do racismo, bem como, marcas do racismo institucional na vertente do racismo silencioso.

Palavras-Chave: Educação Infantil, Prática Pedagógica, Racismo Silencioso,

Abstract

The present research project entitled “Silent Racism in Early Childhood Education - a phenomenon to be unveiled at CEI Sebastiana Germana in the District of Cangas in the Pantaneira region in Poconé-MT, has the general objective of understanding if there are practices of racism with black children and how this is work in the educational process of children at an Early Childhood Education Institution in the countryside located in the District of Cangas in Poconé-MT. This is a qualitative research of an explanatory nature with observation and interviews with education professionals, parents, managers. With the investigation, I intend to identify pedagogical practices that help in the fight against racism, as well as marks of institutional racism in the aspect of silent racism.

Keywords: Early Childhood Education, Pedagogical Practice, Silent Racism.

Resumen

El presente proyecto de investigación titulado “Racismo silencioso en la educación infantil - un fenómeno a ser develado en el CEI Sebastiana Germana en el Distrito de Cangas en la región de Pantaneira de Poconé-MT, tiene como objetivo general comprender si existen prácticas de racismo con negros niños y cómo se trabaja en el proceso educativo de los niños de una Institución de Educación Infantil en el campo ubicada en el Distrito de Cangas en Poconé-MT. Se trata de una investigación cualitativa de carácter explicativo con observación y entrevistas a profesionales de la educación, padres, gestores. Con la investigación pretendo identificar prácticas pedagógicas que ayuden en la lucha contra el racismo, así como, marcas de racismo institucional en la vertiente de racismo silencioso.

Palabras clave: Educación Infantil, Práctica Pedagógica, Racismo Silencioso.

Introdução

O presente artigo tem a finalidade de apresentar as primeiras construções de proposta de pesquisa a ser realizada no Mestrado de Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso. A proposição de pesquisa nasce da inserção profissional na Educação Básica atendendo a Educação Infantil. Também se insere na vivência como professora negra em atendimento a crianças de diversos lugares, entre elas crianças de quilombo. Assim, há uma implicação que é profissional e pessoal, portanto, justifica-se a realização da pesquisa com o intuito de identificar práticas e/ou marcas de racismo silencioso ou não na escola.

Para esta discussão início apresentando dados sobre a população negra do Estado de Mato Grosso. Assim, no Estado de Mato Grosso 60% a população se autodeclara parda e negra. Segundo Cavalcante e Costa (1999), o processo de ocupação do território brasileiro foi realizado pelos europeus através do sistema agroexportador do açúcar implantada no Nordeste, este teve como objetivo, tão somente atender as necessidades do mercado da Europa. Pode se dizer que esta foi a primeira via de entrada no sertão brasileiro, mais tarde, se organizaram em busca dos nativos para a continuidade exploratória do território e dessa vez por organizações das expedições denominadas Bandeiras com estratégias eminentemente econômicas em busca dos metais preciosos deste território.

Assim, o Brasil é um território marcado por explorações que se dão na nas riquezas do ambiente, mas também na exploração das pessoas deste lugar, a exemplo dos indígenas que foram explorados no período das bandeiras. Mas, também, registro que os povos negros sofreram nesta terra, os mesmos foram violentamente trazidos, como estratégia econômica e desumana, pois, no começo da colonização brasileira, a instalação das canas de açúcar no Brasil precisava de mão escrava, e assim o povo negro veio para o Brasil.

A presença negra em Mato Grosso ocorreu no período colonial através da diáspora negra para América que foi responsável pelo surgimento de povoados vilas e cidades. Com esse processo os negros traziam suas culturas, ideias e símbolos por todo o novo mundo. (SEDUC, 2008, p. 102). Insere-se no Estado de Mato Grosso, a cidade de Poconé, lugar onde a pesquisa se realizará. Poconé é uma cidade que traz suas raízes indígena, africana e espanhola. Em Poconé na

atualidade tem 28 comunidades quilombolas certificada pela Fundação Palmares de 2005 (SEDUC, 2008).

O povo que residem nessas comunidades é afrodescendentes brasileiros então, morando no campo, suas trajetórias e vivencia povo que remanescem dos quilombos. Os moradores que se auto reconhecem, afirmam e apresentam remanescentes dos quilombos. Escuto histórias em que o morador diz nascer e viver até morrer na comunidade. Algumas ligações ancestrais com trabalhos escravizados. Alguma comunidade recebeu de herança de alguém cuja família viveu agregada se analisarmos onde estão localizadas algumas dessas comunidades, em lugar de difícil acesso, evidencia seu surgimento através da fuga.

Nesse contexto poconeano, onde a população é majoritária negra, as escolas e creches atendem em maior quantidade crianças, alunos e profissionais de cor negra e parda. Ainda assim, apresentando a cor negra de Poconé, preciso evidenciar que no município e no Distrito Cangas local da pesquisa, vivem muitas pessoas de outras regiões do país. Muitos vieram atraídos pelo ouro, pelo turismo, pela terra e foram constituindo famílias nesta região.

No cotidiano da comunidade entre os adultos é possível perceber algumas situações de racismo de preconceito. Então a preocupação enquanto professora negra, moradora da comunidade e sabedora de situações racista que acontece, e compromissada com enfrentamento ao racismo, me propus a pesquisar se existe situações de racismo com a crianças da educação infantil, no contexto escolar. A investigação será na instituição de Educação Infantil existente na comunidade, esta recebe crianças de vários locais no raio de 40 km. Bem como, também, nesse local trabalham profissionais da comunidade local e de outras comunidades, nascidos em Poconé e de outras regiões do país.

Este texto, se organiza explicando os motivos da pesquisa e suas finalidade, ao mesmo tempo que evidencia em síntese uma visão histórica da população negra e as preocupações com o ainda presente racismo muitas vezes dentro das instituições de ensino.

1. Reflexão sobre direito da população negra e a importância da pesquisa com a temática das relações raciais.

Pensar a pesquisa requer, refletir sobre a condição de negros e negras deste país. Requer observar os direitos acessados, em especial na educação brasileira. Desta forma compreendo ser importante considerar que infelizmente, historicamente, neste país, a população negra foi alijada por muito tempo de seus direitos. Fazem parte de um grupo que sofreu e sofre muita discriminação e violência. Muitos estão nas favelas, nas comunidades mais pobres do país. Ocupar esses lugares sociais, é resultado de um processo histórico desumano e violento construído no período da colonização das Américas pela Europa, criando a categoria raça, categorizando índios, negros e mestiços, «tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, com constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha» (QUIJANO, 2005, p. 117).

Memorar esse processo histórico é importante, também é importante expressar que na atualidade há um movimento em direção ao reconhecimento da diversidade, e que existe legislações que orientam a realização de um trabalho que reconheça a história, a literatura e arte dos povos negros como um dos mecanismos de enfrentamento ao racismo, falo da Lei 10.639/03.

Diante dessa perspectiva e na proposição da investigação a acontecer na instituição de Educação Infantil em Poconé-M, questiona-se: O Centro de Educação Infantil Sebastiana Germana da Conceição, através dos profissionais da educação, trabalham as leis 10.639/03 e a lei 11.645//08 em suas propostas pedagógicas? Se esse trabalho existe de que forma acontece? Existe algum tipo de prática de preconceito e racismo na instituição?

Focar o trabalho dessas relações na educação infantil se faz necessário, pois os primeiros anos de vida são primordiais na construção do caráter e da identidade sociocultural da criança. Sabemos que o preconceito é produto de culturas humanas, então é preciso observar como a educação e a educação infantil tem assumido pedagogicamente o trabalho junto as crianças da educação Infantil. Acredito que a educação pode ser um dos espaços para se trabalhar o enfrentamento ao racismo.

Munanga (2008, p.15) destaca que,

Reflexões e proposições de pesquisa: uma realidade a ser pensada como possibilidade de superação do racismo na educação infantil

O grande desafio da educação como estratégia na luta contra o racismo reside no fato de que a lógica da razão científica, apesar de ser importante nos processos formativos e informativos, ela não modifica por si o imaginário e as representações coletivas negativas que se tem do negro e do indígena na nossa sociedade. Ou seja, o desafio maior para os educadores é descobrir e inventar técnicas e linguagens capazes de superar os limites da pura razão e de tocar no imaginário e nas representações.

Assim, a educação pode e deve ser estratégia de luta contra o racismo. Desta forma, é de suma importância desenvolver pesquisas que apontem caminhos na construção pedagógica. Pois compreendo que a pesquisa é um dos elementos de produção acadêmica, que tem impacto social e nas políticas públicas. Sendo assim, o estudo que está em desenvolvimento e em organização tem como premissa contribuir no sentido de sensibilizar os/as educadores;/as em geral a partir de uma investigação que possa evidenciar marcas, significados e significantes pedagógicos que enfrentam o racismo. Espera-se, que este estudo possa servir de anúncio e/ou denúncia no reconhecimento da forma com que professores/as trabalham a temática racismo, os conhecimentos afro-brasileiros e também espera-se identificar práticas inovadoras que sejam aliadas permanentes no desenvolvimento de uma didática humanizada, antirracista, e, portanto decolonial.

Considerando o propósito da investigação, inicialmente, pretende-se investigar sob o desenho de um procedimento metodológico qualitativo, com uma abordagem fenomenológica e decolonial, porque queremos perceber as formas, as marcas e os enfrentamentos ou não do racismo, que aliás, é estrutural em toda a sociedade brasileira. O lócus é o lugar da Educação Infantil, então é preciso evidenciar, esse direito das crianças.

2. Educação e educação escolar: Reconhecimento da Educação Infantil como direito das crianças.

Partimos da ideia de que a educação infantil é um direito de todas as crianças, indígenas, brancas, pardas, negras. Também compreendo que esse nível educacional consiste em ser mecanismo de transformação humana, pois, o ser humano, desde o seu nascimento está em pleno processo educativo. Ou seja, a criança recebe as primeiras orientações que denominamos de educação dentro da

família, nos círculos culturais que frequenta, posteriormente, adentra a educação institucionalizada, a educação infantil.

Sabe-se que a educação se constitui em um fenômeno que vai além daquela oferecida pela instituição escolar. Ou seja, ela ocorre em diferentes instâncias sociais e alcança dimensões diferenciadas. Assim, a educação garante a inserção de alguns elementos que são transmitidos de geração a geração, não contemplados no ensino formal, mas, nas relações cotidianas do convívio social e que é desenvolvido pela família e na convivência com a comunidade.

Nesta direção,

A educação consiste em um processo anterior e muito mais amplo do que aquele desenvolvido pela escola; ela se dá em todas as instâncias sociais na família, na igreja, no local de trabalho, no lazer de forma difusa ou sistemática, com vistas a transmitir às novas gerações, crenças, idéias e valores, o saber comum, os modelos de trabalho, as relações entre os membros, o modo de vida de cada sociedade ou grupo social, enfim a forma peculiar como estes entendem e materializam seu dia-adia. (PORTO, 1987, p. 36).

É evidente que a educação comunica normas sociais de comportamento, valores e atitudes que de forma explícita ou implícita, mediante relação com os aspectos culturais de cada sociedade vão sendo construídos os valores e os preconceitos como é o caso do racismo. Os valores, contudo, veiculados pela prática do lúdico, pelos jogos pedagógicos e brincadeiras, são por vezes, conflitivos, diferentes, antagônicos, contudo se apresentam como educativos. Ao ser inserida, a escola reflete o jeito de pensar a criança, muitas vezes destituída de direitos e mesmo de identidade.

Ao analisar a história da educação observa-se que a criança sempre foi marcada pela exclusão, e na educação Infantil, por muito tempo foram atendidas de forma assistencialistas. Através de movimentos houve uma conquista social, pois somente com a Constituição Federal de 1988 é que se determinou a educação infantil como parte do sistema educacional e não mais de cunho assistencial.

No contexto das Diretrizes Curriculares Nacionais (2013), a construção da identidade das creches e pré-escolas a partir do século XIX em nosso país insere-se no contexto da história das políticas de atendimento à infância, marcado por diferenciações em relação à classe social das crianças. Para as crianças mais

pobres essa história foi caracterizada pela vinculação aos órgãos de assistência social e para as crianças das classes mais abastadas, outro modelo se desenvolveu no diálogo com práticas escolares. Essa vinculação institucional diferenciada refletia uma fragmentação nas concepções sobre educação das crianças em espaços coletivos, compreendendo o cuidar como atividade meramente ligada ao corpo e destinada às crianças mais pobres, e o educar como experiência de promoção intelectual reservada aos filhos dos grupos socialmente privilegiados.

Para além dessa especificidade, predominou ainda, por muito tempo, uma política caracterizada pela ausência de investimento público e pela não profissionalização da área. Em sintonia com os movimentos nacionais e internacionais, um novo paradigma do atendimento à infância – iniciado em 1959 com a Declaração Universal dos Direitos da Criança e do Adolescente e instituído no país pelo artigo 227 da Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90). Tornou-se referência para os movimentos sociais de “luta por creche” e orientou a transição do entendimento da creche e pré-escola como um favor aos socialmente menos favorecidos para a compreensão desses espaços como um direito de todas as crianças à educação, independentemente de seu grupo social.

O Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) promulgado em 13 de Julho de 1990, pela Lei n. 8.069. Em cumprimento constitucional no Art.1º diz que: Esta lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente e nos Artigos 3º e 4º a proteção integral refere-se ao desenvolvimento e formação nos aspectos: cognitivos, afetivos, físicos, sociais, moral, espiritual e cultural em condições de liberdade e dignidade. No artigo 54 nos inciso IV, assegura o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade, através da Lei 13306/2016, o artigo IV recebe nova redação: atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade.

A Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), regulamentando esse ordenamento, introduziu uma série de inovações em relação à Educação Básica, dentre as quais, a integração das creches nos sistemas de ensino compondo, junto com as pré-escolas, a primeira etapa da Educação Básica. Essa lei evidencia o estímulo à autonomia das unidades educacionais na organização flexível

de seu currículo e a pluralidade de métodos pedagógicos, desde que assegurem aprendizagem, e reafirmou os artigos da Constituição Federal acerca do atendimento gratuito em creches e pré-escolas.

O atendimento em creches e pré-escolas como um direito social das crianças somente concretiza na Constituição de 1988, com o reconhecimento da Educação Infantil como dever do Estado com a Educação, processo que teve ampla participação dos movimentos comunitários, dos movimentos de mulheres, dos movimentos de redemocratização do país, além, evidentemente, das lutas dos próprios profissionais da educação. A partir desse novo ordenamento legal, creches e pré escolas passaram a construir nova identidade na busca de superação de posições antagônicas e fragmentadas, sejam elas assistencialistas ou pautadas em uma perspectiva preparatória a etapas posteriores de escolarização.

Atende crianças, negras, indígenas (nas escolas indígenas onde os povos quiserem que funcione), brancas. Compreende-se ser uma fase da educação que é direito de todas as crianças. Porém, nos perguntamos, diante da sociedade que vivemos, e mesmo que seja direito de todas as crianças, há uma implementação da lei 10.639/2003 nas escolas de educação infantil? Ou, como são tratadas as crianças negras?

Considerações finais

A proposta de pesquisa em reflexão neste texto, se insere no contexto decolonial e na perspectiva de identificar marcas, práticas pedagógicas que efetivamente enfrentam e/ou estudem a temática do racismo.

Realizá-la é um desafio, pois estamos em tempo de isolamento social e as escolas estão com aulas suspensas na dinâmica presencial. Desse modo o ensino acontece de forma vídeos aulas, atividades impressas para que as crianças tenha acesso no mínimo do ensino a distância. Observa-se que as crianças que mora em comunidades distante da instituição que antes da pandemia o seu acesso era através do transporte escolar, nesse atual cenário as atividades não chegam até

essa crianças. Sabendo que a maioria dessas crianças é negras, pobres e sem nenhum acompanhamento pedagógico.

Referências

BRASIL. **Decreto de Lei n. 10.639**. Brasília, 09 de janeiro de 2003.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL, MEC, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9394/1996.

BRASIL. Ministério de Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, Lei n. 8.242, de 12 de outubro de 1991.

CAVALCANTE, Else Dias de Araújo; COSTA, Maurim Rodrigues. **Mato Grosso e sua história**. Cuiabá: Edição dos autores, 1999.

MATO GROSSO. **História e Cultura Negra: Quilombos em Mato Grosso** Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso/Gerência de Diversidade. Cuiabá: SEDUC, 2008.

MUNANGA, Kabengele (org). **Superando o Racismo na Escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de educação Continuada, Alfabetização e diversidade, 2008.

PORTO, Maria do Rosário Silveira. **Função social da escola**. Revista Brasileira. São Paulo: Atlas, 1987.n.2, 1993, pp. 60-66.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgardo(org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires, Colección Sur Sur, 2005a, pp.118-142.

Recebido: 20/09/2020

Aprovado: 30/01/2021

Publicado: 01/05/2021